

JUIZ DO TRABALHO SUBSTITUTO 2004

1ª FASE - ETAPA 1

INSTRUÇÕES:

Você recebeu do fiscal um **caderno de questões** e um **cartão de respostas** personalizado. As páginas do **caderno de questões** estão numeradas seqüencialmente e contêm 50 questões.

ATENÇÃO !

- 1 - Verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- 2 - Verifique no verso do **cartão de respostas** se seu nome, número de inscrição, data de nascimento estão corretos.
- 3 - Leia atentamente cada questão e assine no cartão de respostas a opção que a responde corretamente.
- 4 - Observe as recomendações impressas no **cartão de respostas**.
- 5 - Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a prova, inclusive a marcação do **cartão de respostas**.
- 6 - Se você precisar de algum esclarecimento solicite a presença do **coordenador**.
- 7 - Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente assinado.
- 8 - A saída com o **caderno de prova** somente será autorizada após a terceira hora de prova.

PUBLICAÇÃO

O Gabarito será tornado público oficialmente, 20 minutos após o encerramento da prova, no saguão da Universidade. Também será divulgado nos sites www.trtrio.gov.br e www.nce.ufrj.br na data de hoje. Eventuais recursos deverão ser interpostos na segunda feira, 05 de abril, através do protocolo geral. Também será divulgado em 06/04/2004 no Diário Oficial do Rio de Janeiro - Parte III.



DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

1) A empresa TICIANO CEREAIS LTDA, sediada no Rio de Janeiro, cuja atividade fim é a revenda de cereais, no atacado, aos varejistas localizados na cidade do Rio de Janeiro, assina com TERTÚLIO NEVES contrato de representação comercial, a fim de que este senhor cuide da venda dos cereais aos clientes da empresa, cumprindo roteiros predeterminados, nos horários programados, apresentando relatórios diários. Os vencimentos de TERTÚLIO serão estabelecidos pela empresa. Além disso, neste mesmo contrato, ficou ajustado que TERTÚLIO admitiria todo o pessoal que se fizesse necessário à sua assessoria, ficando determinado que a empresa TICIANO fixaria o número de funcionários necessários e respectivos salários – pagando-os através de TERTÚLIO- e que fiscalizaria o desempenho de suas tarefas e o cumprimento dos respectivos horários.

Examinando este contrato, podemos dizer que (assinale a alternativa correta):

- a) é válido, porque é lícita a contratação de representantes comerciais e somente TERTÚLIO NEVES pode ser considerado empregador, não tendo a empresa TICIANO CEREAIS LTDA qualquer responsabilidade para com os empregados por aquele admitidos, em cumprimento ao avençado;
- b) é válido, porque é lícita a contratação de representantes comerciais e somente TERTÚLIO NEVES pode ser considerado empregador, respondendo a empresa TICIANO CEREAIS LTDA por eventuais direitos dos empregados, por aquele admitidos, em razão deste contrato, como devedora subsidiária, eis que tomadora dos serviços;
- c) é válido, porque é lícita a contratação de representantes comerciais e somente TERTÚLIO NEVES pode ser considerado empregador, respondendo a empresa TICIANO CEREAIS LTDA por eventuais direitos dos empregados por aquele admitidos, em razão deste contrato, como devedora solidária, porque participava da fiscalização dos serviços;
- d) é válido, somente na parte atinente à contratação de TERTÚLIO NEVES, porque lícita a contratação de representante comercial, todavia as pessoas contratadas por ele, em razão deste ajuste, porque diretamente subordinadas à TICIANO CEREAIS LTDA são dela empregadas, respondendo tal empresa isoladamente por eventuais direitos;
- e) não é válido, o contrato com TERTÚLIO NEVES é, em realidade, de emprego e todas as pessoas por ele admitidas, em razão desta relação, são também empregadas de TICIANO CEREAIS LTDA.

2) O Banco B S/A, sociedade de economia mista, realizou concurso público, em 1997, para admissão de novos empregados. Para sua agência, localizada em Nova Olinda. Lograram aprovação três candidatos, Alberto, Caio e Mário. O primeiro na função de escriturário e os dois outros na de caixa executivo, exatamente aquelas para as quais concorreram. Todavia, o gerente da agência, observando suas necessidades, desde a admissão dos três os colocou para exercer as mesmas funções, as de caixa executivo.

O banco, ao tempo destas admissões, já possuía quadro de carreira organizado, aprovado pelo órgão competente e onde estão previstas promoções por critérios que se alternam entre antiguidade e merecimento, previstas para ocorrer a cada ano. Não são feitas promoções, por qualquer dos critérios, desde 1992.

Alberto trabalhou para o banco por seis anos. Logo após a sua saída, propôs reclamação trabalhista onde pede: a equiparação salarial aos dois colegas, com a retificação de sua CTPS, verificando-se que não há validade no quadro de carreira, porque o banco não o respeitava, eis que não promovia seus empregados; sucessivamente, pede o seu reenquadramento, com o pagamento das diferenças de salário, observando as tarefas efetivamente exercidas.

Em defesa, o banco argüiu a preliminar de extinção do feito por carência de ação, pela impossibilidade jurídica dos pedidos, em face da vedação constitucional de provimento de emprego público, sem prévia aprovação em concurso; a prejudicial de prescrição total em relação ao pedido de novo enquadramento, haja vista que a admissão e enquadramento ocorreram havia mais de cinco anos; invocou a prescrição parcial, de eventuais débitos anteriores a cinco anos da propositura da demanda; sustentou a improcedência do pedido de equiparação pela existência do quadro de carreira; e confessou que o reclamante exercera a função de caixa executivo e que não praticava promoções desde 1992, nem por antiguidade, nem por merecimento.

Assinale das alternativas abaixo a que representa a correta decisão deste feito:

- a) extinguir o feito sem julgar o mérito, sem reconhecer qualquer direito ao reclamante;
- b) julgar procedente o pedido de equiparação, determinando a retificação da CTPS e o pagamento das diferenças de salários, observada a prescrição parcial, no entanto;
- c) julgar improcedente o pedido de equiparação salarial e acolher a prescrição total argüida quanto ao pedido sucessivo;
- d) extinguir o feito sem julgar o mérito quanto aos dois pedidos, no entanto, observada a prescrição parcial, deferir o pagamento de diferenças de salário, haja vista que impossível restituir a força de trabalho já despendida pelo reclamante;
- e) julgar improcedente o pedido de equiparação salarial, julgar procedente o pedido de reenquadramento, com o pagamento das diferenças de salário, observada a prescrição parcial, no entanto.

3) Um reclamante, alegando-se injustamente dispensado, postula o pagamento das férias vencidas e proporcionais, ambas com 1/3; do aviso prévio; do 13º salário proporcional; do FGTS da rescisão; da multa de 40% sobre o FGTS; da multa do art. 477 da CLT; do saldo de salários do último mês de trabalho; da aplicação da multa do art. 467 da CLT; além da entrega de guias. Os pedidos eram líquidos.

Em defesa a empresa admite nada ter pago ao autor, em razão de sua recusa em receber o valor ofertado, mas alega tê-lo demitido na forma do art. 482, alínea a, da CLT, e nada fala sobre os valores apontados na inicial.

O juiz se convence que não houve justa motivação para a dispensa.

Deve o juiz, no que diz respeito à multa do art. 467 da CLT:

- a) não condenar ao pagamento da multa do art. 467 da CLT, pela controvérsia quanto às causas da ruptura;
- b) condenar ao pagamento em dobro do saldo de salários;
- c) condenar ao pagamento da multa do art. 467, incidente sobre todas as verbas postuladas;
- d) condenar ao pagamento da multa do art. 467 da CLT, incidente sobre todas as verbas postuladas, exceto quanto à multa do art. 477 da CLT;
- e) condenar ao pagamento da multa do art. 467 da CLT, incidente sobre o saldo de salário do último mês trabalhado e as férias vencidas, com o respectivo terço.

4) Não é causa para perda do direito às férias ou redução do número de dias para seu gozo:

- a) afastamento por acidente de trabalho por sete meses;
- b) gozo de licença remunerada por um ano;
- c) afastamento por doença, que não tem origem na profissão, por três meses;
- d) faltas injustificadas por mais de cinco dias dentro do período aquisitivo;
- e) paralisação das atividades da empresa, para o gozo de férias coletivas de vinte dias.

5) Não se computam no cálculo do valor das férias:

- a) as diárias de viagem, em valor inferior a 50% do salário fixo;
- b) a média duodecimal de horas extras, eventualmente trabalhadas no período aquisitivo;
- c) as gorjetas;
- d) as comissões, quando também há o pagamento de salário fixo;
- e) a média duodecimal do adicional de insalubridade, se suspenso o pagamento no curso do período aquisitivo, pela mudança de situação do empregado.

6) No contrato de trabalho, escrito, há cláusula que permite ao empregador transferir o empregado para outros locais.

Assinale a opção correta:

- a) é devido, em qualquer hipótese, o adicional de transferência;
- b) ao empregador é lícita a transferência, posto que o empregado desde a admissão já conhecia esta condição, mas deverá comprovar a efetiva necessidade;
- c) a cláusula não é válida, em qualquer hipótese, porque viola texto literal de lei, sendo nula qualquer modificação do local de trabalho do empregado;
- d) feita a transferência, o empregado tem direito ao adicional de transferência, somente se não comprovada a real necessidade da transferência;
- e) as transferências são válidas somente para os empregados que exerçam cargos de confiança, assim, se este não for o caso do empregado, nula a transferência, independente de ser necessária ou não.

7) Um restaurante cobrava 10% (dez por cento), nas notas, de seus clientes e distribuía a quantia resultante em favor dos empregados, parte destinada ao pessoal que servia as mesas e parte para o pessoal da cozinha.

Dentre as pessoas que participavam do rateio, estava o empregado H. de Quixeramobim. Este senhor, além de participar no atendimento das mesas, era o responsável pelas compras do restaurante e, para este serviço, recebia carro da empresa. Por um período, o carro da empresa esteve em oficina mecânica. O citado empregado teve que usar veículo próprio, recebendo da empresa, após exibir as respectivas notas fiscais, o reembolso das despesas com combustível e manutenção do veículo.

Tendo em mente estas informações, analise as assertivas abaixo:

- I – a quantia rateada é definida como gorjeta, tendo por isso natureza de salário;
- II – incide sobre a quantia, resultante do rateio, o FGTS;
- III – como o veículo, cedido pela empresa, era usado para o trabalho, pode-se dizer que se trata em verdade de salário pago em utilidade, por conseguinte devida a incidência de FGTS;
- IV – O reembolso das despesas com combustível e manutenção do veículo tem natureza típica de indenização;
- V – incide FGTS sobre esta indenização.

E assinale:

- a) se corretas todas as assertivas;
- b) se incorretas somente as assertivas I e II;
- c) se incorreta somente a assertiva V;
- d) se incorreta somente a assertiva I;
- e) se corretas somente as assertivas II e IV.

8) Em sede de equiparação salarial, marque a alternativa INCORRETA:

- a) no caso do exercício irregular de função, que é objeto de regulamentação legal, a equiparação salarial não se pode verificar, sob pena de se atribuir validade ao exercício ilegal de profissão;
- b) em tese, o trabalho artístico não pode ser comparado já que possui valor intrínseco e extrínseco;
- c) o art. 358 da CLT, que garante o pagamento do mesmo salário para brasileiro que exerça função análoga a que é exercida por estrangeiro, não tem mais vigência;
- d) o trabalho eventual, por período curto e atendendo circunstâncias excepcionais, desautoriza a equiparação salarial, por se tratar de situação extravagante, não caracterizando qualquer tratamento discriminatório;
- e) a identidade ou a diferença de nomenclatura do cargo, ocupado pelo equiparando e pelo paradigma, não influi na aplicação do princípio isonômico.

9) Analisando as proposições abaixo:

- I – tratando-se de empregado ferroviário, o tempo de prontidão é menos restritivo à disponibilidade pessoal do empregado do que o tempo de sobreaviso;
- II – a jornada de trabalho do empregado de banco gerente de agência é regida pelo art. 224, § 2º, da CLT. Quanto ao gerente-geral de agência bancária, presume-se o exercício de encargo de gestão, aplicando-se-lhe o art. 62 da CLT;
- III – no tocante ao empregado que exerce atividade externa, incompatível com a fixação de horário de trabalho, é prescindível a anotação de tal condição na CTPS do empregado desde que esta conste, expressamente, do contrato de trabalho e do registro de empregados;
- IV – a jornada de trabalho do empregado doméstico não é legalmente tipificada, sendo-lhe indevido o pagamento de horas extraordinária, esteja ou não submetido a controle de horário;
- V – a existência na empresa de paralisação total ou parcial, fixa ou móvel, em um dia de semana, não prejudica a tipificação dos turnos ininterruptos de revezamento.

Assinale:

- a) se apenas I e II estão corretas;
- b) se todas as alternativas estão corretas;
- c) se apenas II, IV e V estão corretas;
- d) se apenas IV e V estão corretas;
- e) se apenas I, III e V estão corretas.

10) Na suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional do empregado, quais dos requisitos abaixo são indispensáveis ?

- I – expressa regulação do afastamento através de convenção ou acordo coletivo de trabalho;
- II – a suspensão contratual deve ser comunicada ao sindicato com antecedência mínima de quinze dias;
- III – é necessária a aquiescência expressa do empregado com a suspensão do seu contrato;
- IV – o curso ou programa de qualificação profissional deve ser oferecido pelo empregador ou por instituição por ele eleita;
- V – embora possa ser prorrogado, o prazo estabelecido, para a presente hipótese suspensiva, é de dois a cinco meses.

Assinale:

- a) se todos os itens são indispensáveis;
- b) se apenas os itens I, III e IV são indispensáveis;
- c) se apenas os itens III, IV e V são indispensáveis;
- d) se apenas o item II é indispensável;
- e) se nenhum dos requisitos é exigível legalmente, já que a determinação para a qualificação do empregado encontra-se dentro dos limites do poder de comando do empregador que assume os riscos da atividade por ele empreendida.

11) Analisando as proposições abaixo:

- I – o terço constitucional de férias, também conhecido como abono de férias ou abono pecuniário, tecnicamente, não pode ser considerado como tal já que abono é antecipação salarial concedida pelo empregador;
- II – o abono constitucional de férias possui, necessariamente, natureza salarial;
- III – prevalece, na jurisprudência e na doutrina trabalhistas, o entendimento de que os adicionais, por serem parcelas nitidamente contraprestativas de labor em condições de trabalho diferenciadas, possuem caráter salarial;
- IV – o fato ensejador do pagamento de gratificações está diretamente relacionado com as condições mais ou menos gravosas do exercício da função, dependendo, também, da conduta pessoal do trabalhador.

Assinale:

- a) se apenas I e II estão corretas;
- b) se apenas I e III estão corretas;
- c) se todas estão corretas;
- d) se apenas a IV é falsa;
- e) se apenas a II é verdadeira.

12) No que diz respeito a vendedores, viajantes ou praticistas, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) em princípio, a comissão é devida em função da última realização do negócio, e não em função do seu efetivo cumprimento;
- b) em regra, a quitação da comissão ao vendedor deve-se efetivar mensalmente, existindo, no entanto, autorização legal para que tal pagamento se concretize em até três meses após a aceitação do negócio;
- c) não existe autorização legal para que o empregador, verificada a insolvência do comprador, possa estornar a comissão que houver pago, já que o empregado não participa dos riscos do negócio;
- d) o ordenamento jurídico vigente autoriza que o empregador amplie ou reduza a zona de trabalho do vendedor, desde que respeitada a irredutibilidade da remuneração do empregado;
- e) autoriza a lei a transferência unilateral de zona de trabalho do vendedor, mesmo com redução de vantagens, desde que garantido, como mínimo de remuneração, um salário correspondente à média dos 12 (doze) últimos meses, anteriores à transferência.

13) Assinale a alternativa INCORRETA:

- a) podem coexistir, entre as mesmas partes, um contrato de mandato e um contrato de trabalho;
- b) a extinção do ambiente nocivo à saúde do empregado enseja a supressão do adicional de insalubridade que esteja recebendo, mesmo que tal recebimento seja decorrente de sentença condenatória transitada em julgado;
- c) a relação trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação do serviço e não por aquelas do local da contratação;
- d) por força do princípio da intangibilidade contratual objetiva, a sucessão de empregadores não autoriza que sejam alteradas as condições nucleares do contrato de emprego originariamente firmado com o trabalhador;
- e) o critério de hierarquia normativa que vigora no Direito do Trabalho é maleável, prevalecendo sempre no vértice da pirâmide normativa aquela norma que se mostrar mais favorável aos interesses do trabalhador, independentemente do conteúdo das demais normas heterônomas objeto de disciplina concorrente.

14) Assinale a alternativa correta:

- a) aplicam-se ao contrato de safra todas as regras inerentes aos contratos a termo. No entanto, aquele possui regra própria que determina que, expirado o contrato em seu termo final, o empregador pague ao safrista, a título de indenização, valor correspondente a 1/12 avos do salário mensal do obreiro, por mês de serviço ou fração acima de 14 dias;

- b) para a maior parte da doutrina e da jurisprudência, ao pequeno empreiteiro são assegurados todos os direitos previstos na CLT, já que, nos termos do art. 652, a, II, da CLT, a Justiça do Trabalho é competente para julgar os litígios trabalhistas ajuizados por esta categoria de trabalhadores;
- c) os trabalhadores avulsos e os eventuais possuem igualdade de direitos com os trabalhadores com vínculo empregatício permanente;
- d) o empregado eleito para ocupar qualquer cargo de diretor tem o seu contrato de trabalho suspenso, não se computando, em qualquer situação, o tempo de serviço desse período;
- e) somente pode ser considerada empregadora rural a pessoa que é proprietária de área não urbana destinada à exploração de atividade agro-econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou por meio de prepostos e com o auxílio de empregados.

15) Em consonância com a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho, a prescrição do direito de reclamar contra o não recolhimento da contribuição para o FGTS:

- a) é bienal, dada a natureza da prestação, fluindo o prazo da lesão ao direito do empregado verificada pela primeira inadimplência;
- b) é quinquenal, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho;
- c) é quinquenal, fluindo o prazo da lesão ao direito do empregado verificada pela primeira inadimplência;
- d) é decenal, nos termos do art. 205, do Código Civil, aplicado subsidiariamente com base no art. 769, da CLT, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho;
- e) é trintenária, observado o prazo de 2 (dois) anos após o término do contrato de trabalho.

16) O empregado que se demite antes de completar 12 (doze) meses de serviço, com relação às férias proporcionais e gratificação natalina:

- a) tem direito a férias proporcionais, acrescidas de 1/3, e gratificação natalina proporcional;
- b) tem direito apenas a férias proporcionais, acrescidas de 1/3;
- c) tem direito apenas à gratificação natalina proporcional;
- d) não tem direito a férias proporcionais e gratificação natalina proporcional, pois somente terá direito após 12 (doze) meses de serviço;
- e) tem direito a férias proporcionais, acrescidas de 1/3, e gratificação natalina proporcional, somente se ocorrer rescisão indireta.

17) Em consonância com a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho :

- a) a ação trabalhista, ainda que arquivada, suspende a prescrição em relação a qualquer objeto;
- b) a ação trabalhista, ainda que arquivada, suspende a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos;
- c) a ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição em relação a qualquer objeto;
- d) a ação trabalhista, ainda que arquivada, interrompe a prescrição somente em relação aos pedidos idênticos;
- e) a ação trabalhista, ainda que arquivada, não provoca o mesmo efeito do protesto com relação ao prazo prescricional, em nenhuma hipótese.

18) Empregado contratado em 30 de setembro de 1978, com doze anos de idade, não optante pelo FGTS, e que continua a trabalhar até a presente data. Assinale a assertiva correta:

- a) o contrato de trabalho é nulo da admissão até a data na qual o menor completou dezesseis anos, sendo válido a partir de então;
- b) o empregado perdeu a estabilidade em 05/10/88, com o advento do regime obrigatório pelo FGTS, conservando direito à indenização em dobro do período anterior;
- c) o empregado é detentor de estabilidade decenal;
- d) o empregado pode, a qualquer momento, optar pelo FGTS com efeito retroativo à sua data de admissão ou à data na qual completou dezesseis anos, desde que a transação tenha assistência do sindicato da sua categoria profissional;
- e) o empregador pode resilir unilateralmente o contrato de trabalho, por justa causa, independentemente do ajuizamento de inquérito para apuração de falta grave.

19) Empregada sofre acidente de trabalho no curso de contrato de trabalho por prazo determinado, quando se encontrava no terceiro mês de gestação e restavam quatro meses para o término do prazo contratual. Ficou inapta para o trabalho, somente tendo alta médica cinco meses após o acidente. Assinale a assertiva correta:

- a) o contrato de trabalho sofre interrupção, pelo prazo que restar para o seu termo, devendo o empregador arcar com pagamento do salário dos primeiros quinze dias;
- b) o contrato de trabalho sofre interrupção, por quinze dias, ficando a seguir suspenso pelo prazo que restar para o seu termo, terminando no prazo pactuado;
- c) o contrato de trabalho sofre interrupção, por quinze dias, ficando a seguir suspenso até a verificação de alta, mesmo ultrapassando o prazo inicialmente pactuado, quando estará a empregada apta para o trabalho, comutando-se o contrato para prazo indeterminado;
- d) o contrato de trabalho sofre interrupção, por quinze dias, ficando a seguir suspenso até que esteja a empregada apta para o trabalho, não terminando no prazo pactuado face ao advento do estado de gravidez, que implicará na estabilidade provisória até cinco meses após o parto;
- e) o contrato de trabalho sofre interrupção, por quinze dias, ficando a seguir suspenso até que esteja a empregada apta para o trabalho, não terminando no prazo pactuado face à estabilidade de um ano garantida ao acidentado que usufruir auxílio-doença acidentário.

20) Em uma reclamação trabalhista, alegou o Reclamante: que sofrera acidente de trabalho em 04/02/99, ao cair de um caminhão da Reclamada, fraturando a rótula do joelho direito; que entrara em gozo de licença médica decorrente deste acidente; que obtivera alta em 09/02/99; que retornara ao trabalho em 10/02/99; que fora despedido em 17/08/99.

Considerando que os fatos são incontroversos e que postula o Autor a estabilidade temporária prevista no art. 118, da Lei nº 8.213/91, analise as assertivas abaixo:

- I - embora tenha o empregado se afastado por apenas seis dias em decorrência de fratura da qual prontamente se restabeleceu, cabível a estabilidade por um ano, já que não limitando a lei o período de afastamento, não poderá o empregador fazê-lo;
- II - o empregado não recebeu auxílio-doença decorrente de acidente de trabalho, já que o benefício previdenciário somente é concedido após o décimo quinto dia de afastamento;
- III - o segurado que sofreu acidente de trabalho tem garantida, pelo prazo mínimo de doze meses, a manutenção do seu contrato de trabalho na empresa, após a cessação do auxílio-doença acidentário;
- IV - incabível a estabilidade por um ano, por ter o empregado se afastado por apenas seis dias, não alcançando o afastamento mínimo de quinze dias que ensejaria o direito;
- V - o empregado recebeu auxílio-doença decorrente de acidente de trabalho, já que o benefício previdenciário é concedido após o primeiro dia de afastamento, cabendo ao empregador adiantar os primeiros quinze dias.

E assinale:

- a) se somente as assertivas I e II estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas II e III estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas IV e V estiverem corretas;
- e) se somente as assertivas I e V estiverem corretas.

21) Em consonância com a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho:

- a) a garantia de emprego à gestante autoriza sempre a reintegração, assegurando-lhe o direito a salários e vantagens correspondentes ao período e seus reflexos;
- b) a garantia de emprego à gestante não autoriza a reintegração, assegurando-lhe apenas o direito a salários e vantagens correspondentes ao período e seus reflexos;
- c) a garantia de emprego à gestante só autoriza o direito à reintegração se esta se der durante o período de estabilidade. Do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade;
- d) a garantia de emprego à gestante só autoriza o pagamento dos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade, se postulados no curso desta;
- e) a garantia de emprego à gestante só autoriza o direito à reintegração se houver concordância do empregador, assegurando-se, em qualquer hipótese, o pagamento dos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

22) Aos sindicatos representantes de empregados se atribui a exclusividade para negociar em convenções e acordos coletivos.

Analizando as proposições abaixo:

- I - válidas as cláusulas que reduzem direitos ou permitem ao empregador o descumprimento de norma legal, independente de a matéria contar com expressa autorização legal para sua negociação, em razão da importância da negociação coletiva, que prevalece sobre as demais fontes de direito;
- II - somente são válidas as cláusulas que não reduzem direitos previstos em lei, podendo-se negociar a ampliação de tais direitos;
- III - há liberdade para negociar sobre o que não regula a lei;
- IV - podem negociar, reduzindo direitos previstos em lei, desde que assim permita a lei ou a Constituição Federal.

Assinale:

- a) se correta somente a proposição II;
- b) se corretas somente as proposições II e III;
- c) se incorreta somente a proposição I;
- d) se correta somente a proposição I;
- e) se corretas somente as proposições III e IV.

23) São abrangidos pelos efeitos de um acordo coletivo pactuado pelo sindicato de empregados (assinale a alternativa correta):

- a) todos os empregados, mesmo os admitidos posteriormente ao acordo, desde que dentro de seu prazo de vigência, excetuando-se os empregados de categorias diferenciadas;
- b) todos os empregados, mesmo os admitidos posteriormente ao acordo, desde que dentro de seu prazo de vigência;
- c) somente os filiados ao sindicato e se admitidos antes da assinatura do acordo;
- d) somente os filiados ao sindicato, mesmo os admitidos depois de assinado o acordo, desde que dentro do seu prazo de vigência;
- e) todos os empregados, desde que admitidos antes da assinatura do acordo.

24) Analisando as proposições:

- I - segundo o texto da legislação aplicável, o erro evidente de análise de prova, descoberta de documento novo fundamental e ofensa à coisa julgada, não ensejam a anulação da sentença arbitral;
- II - tanto o compromisso arbitral, quanto a cláusula compromissória pressupõem a existência de uma relação jurídica de natureza contratual;
- III - o Delegado do Trabalho pode ser mediador de conflitos coletivos, podendo convocar as partes envolvidas para entabularem negociação para acordo. Tal mediação, no entanto, não é pressuposto para o ajuizamento do dissídio coletivo;
- IV - a Federação não tem legitimidade para ajuizar ação de cumprimento na qualidade de substituto processual de categoria profissional não organizada.

Assinale:

- a) se apenas I e II são verdadeiras;
- b) se apenas II e III são verdadeiras;
- c) se apenas II, III e IV são verdadeiras;
- d) se apenas I e III são verdadeiras;
- e) se apenas I, III e IV são verdadeiras.

25) Em consonância com a jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho:

- I - as condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos;
- II - convenção coletiva, formalizada sem prévia audiência do órgão oficial competente, não obriga a sociedade de economia mista;
- III - é indispensável o trânsito em julgado da sentença normativa para a propositura da ação de cumprimento;
- IV - as condições de trabalho alcançadas por força de sentença normativa prorrogam-se até a entrada em vigor de novo instrumento coletivo, não integrando, de forma definitiva, os contratos;
- V - a validade de acordo coletivo ou convenção coletiva de compensação de jornada de trabalho em atividade insalubre depende da inspeção prévia da autoridade competente em matéria de higiene do trabalho.

Assinale:

- a) se somente as assertivas I e II estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas II e III estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas IV e V estiverem corretas;
- e) se somente as assertivas I e V estiverem corretas.

26) Analisando as assertivas abaixo:

- I - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais dos trabalhadores, inclusive em questões judiciais ou administrativas, desde que associados;
- II - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses individuais da categoria, inclusive em questões administrativas;
- III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, inclusive em questões judiciais;
- IV - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses individuais da categoria, inclusive em questões judiciais;
- V - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos da categoria, inclusive em questões administrativas.

Assinale:

- a) se somente a assertiva I estiver correta;
- b) se somente as assertivas II e V estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas II, III, IV e V estiverem corretas;
- e) se somente a assertiva III estiver correta.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

27) Luís de Camões, escritor, propôs reclamação trabalhista em face de Guilherme Shakspeare Editores Ltda., onde pretende que se reconheça que o contrato, mantido entre ele e a ré, era de emprego. Em defesa, se arguem preliminares de incompetência do juízo, porque não era de emprego a relação; de carência de ação por ilegitimidade de parte, porque o autor não era empregado da ré; no mérito se alega que não houve relação de emprego. Com a defesa, veio o contrato firmado pelas partes, dando conta de que fora, o reclamante, contratado como autônomo para escrever três livros, no prazo de três anos, para publicação pela reclamada, pagando-se um valor fixo por livro.

Dentre as alternativas abaixo, assinale a correta atitude do juiz da causa:

- acolher a preliminar de incompetência, remetendo os autos à Justiça Comum, porquanto, pelo contrato vindo aos autos, a relação não era de emprego, não se aplicando, então, o disposto no art. 114 da Constituição Federal;
- deferir às partes a possibilidade da produção de provas, prolatando sentença de mérito;
- julgar improcedente o pedido, sem permitir outras provas, porque o contrato demonstra a inexistência do vínculo de emprego;
- deferir a produção de provas, julgando procedente o pedido, acaso demonstrada a existência da relação de emprego, ou extinguindo o feito sem julgamento do mérito pela carência de ação, se ficasse comprovado que o contrato não era de emprego;
- proferir sentença terminativa, com base no documento vindo com a defesa, sem permitir a produção de outras provas, porquanto o contrato já demonstrava que o autor não era empregado.

28) Considerando o texto vigente de lei e os princípios que norteiam o Processo do Trabalho, podemos dizer que (assinale a alternativa INCORRETA):

- o juiz do trabalho não pode negar seguimento ao agravo de instrumento, que tenha sido interposto por denegação de seguimento a recurso ordinário, mesmo que intempestivo;
- o juiz deve deferir a requerimento das partes, ou determinar de ofício a produção de todas as provas que entenda necessárias à formação do seu convencimento, em homenagem ao princípio da busca da verdade real;
- o tribunal, apreciando um recurso, não pode reformar a sentença, agravando a situação da parte que recorreu, em obediência ao princípio do *non reformatio in pejus*;
- os atos processuais, nas lides trabalhistas, em quase sua totalidade, são praticados em audiência, em obediência ao princípio da oralidade;
- o juiz somente declara nulos os atos processuais mediante prévia arguição pela parte prejudicada, na primeira oportunidade em que falar, desde que a eles não tenha dado causa, e se não se puder sanar o vício, em obediência ao princípio da instrumentalidade.

29) A empresa Camélias Ltda., citada que fora no endereço Rua das Couves, 43, ofereceu defesa e ali pede que as futuras intimações sejam endereçadas à Av. Central, 158, sala 1325, local de trabalho de seu único advogado, que também é o sócio gerente da reclamada.

Prolatada a sentença condenatória, a Secretaria da Vara encaminha a intimação da decisão ao endereço de citação, que retorna com a informação de que se mudou a reclamada.

Certificado o trânsito em julgado e apresentadas contas pelo autor, foi a empresa intimada a se manifestar, no prazo de dez dias, sobre cálculos, desta feita no endereço fornecido na defesa. O patrono da ré faz carga nos autos.

Decorrido o prazo conferido para manifestação, os autos são devolvidos pelo patrono da empresa, com petição onde se afirma que os cálculos apresentados pelo autor estão adequados à sentença, mas onde se requer sejam declarados nula a intimação da decisão de mérito e todos os atos posteriores, requerendo nova intimação e concessão de prazo para recurso, não os interpondo naquela oportunidade.

Assinale das alternativas abaixo a que indica o correto procedimento do magistrado trabalhista:

- rejeita os requerimentos da reclamada, posto que, se voltou a intimação com a informação de que a empresa se mudou, sem que esta tenha informado o novo endereço de funcionamento, válida a intimação endereçada ao local de citação;
- acolhe os requerimentos, posto que houve o vício de intimação da sentença, declara nulo todos os atos praticados desde então, determinando que haja nova intimação, devolvendo o prazo para interposição de recurso;
- acolhe os requerimentos em parte, posto ter havido o vício de intimação, no entanto, indefere quanto à nova intimação da sentença – porque a ciência pessoal supriu o vício, restituindo o prazo para oposição de recurso;
- declara nula a intimação original e a certidão de trânsito em julgado, todavia, em face da ciência pessoal comprovada e o decurso do prazo legal – contado a partir desta ciência pessoal -, nega nova intimação da sentença e nega a devolução do prazo para recurso – com nova certificação de trânsito em julgado -; considera, ainda, válida a apresentação dos cálculos, observando que não há prejuízo à parte oposta e, portanto, o ato pode ser aproveitado;
- declara nula a intimação original e a certidão de trânsito em julgado, todavia, em face da ciência pessoal comprovada e o decurso do prazo legal – contado a partir desta ciência pessoal -, nega nova intimação da sentença e nega a devolução do prazo para recurso – com nova certificação do trânsito em julgado -; determina, todavia, nova apresentação de cálculos, posto que este ato foi praticado depois dos atos nulos (intimação e certidão do trânsito em julgado) e antes dos atos que sanaram a nulidade (a ciência pessoal e a nova certidão), logo, nulo o ato de apresentação de cálculos.

30) Proposta uma reclamação em face da empresa BCBA PUBLICIDADE Sociedade Civil LTDA, foi esta julgada procedente.

No curso da fase de liquidação a empresa apresenta um novo contrato social, onde houve a completa alteração do quadro societário, afastando-se os anteriores sócios e ingressando novos.

Iniciada a execução, verificou-se que a empresa não possuía bens. A requerimento do autor foram expedidos ofícios à Receita Federal, em nome da empresa e dos atuais sócios, tais ofícios retornaram com informações de que a empresa não possuía bens e que os atuais sócios declararam como isentos, eis que não tinham qualquer receita e que não possuem bens, situação preexistente à aquisição de cotas.

Por determinação do juiz, expediram-se ofícios aos Juízos Distribuidores de Feitos da Justiça do Trabalho, da Justiça Comum e da Justiça Federal, com as respostas se verificou que, ao tempo da alienação das cotas da sociedade, a empresa era ré em diversas ações de cobrança. Apurou-se, através das declarações de renda dos antigos sócios, que estes detêm patrimônio suficiente ao pagamento do crédito em execução.

Diante da situação da empresa e de seus atuais sócios, fez o exequente, a quem se reconheceu o direito à gratuidade de justiça, requerimento de expedição de ofício à Justiça Estadual, com vistas a providências para a declaração de falência da executada.

Assinale a correta atitude do Juiz do Trabalho:

- determinar a expedição do ofício, como requerido;
- rejeitar o requerimento, determinando de ofício a expedição de certidão para o fim de obter o reclamante, junto ao juízo competente, a declaração de falência da executada;
- rejeitar o requerimento e de ofício declarar a responsabilidade dos antigos sócios pela satisfação dos créditos em execução, determinando a penhora dos bens destes;
- rejeitar o requerimento, instaurando a execução contra devedor insolvente;
- rejeitar o requerimento, determinando que o exequente forneça os meios para o prosseguimento da execução.

31) Considerando uma reclamação submetida ao rito sumaríssimo, analise as assertivas abaixo:

- havendo requerimento de que outro processo seja distribuído por dependência à mesma Vara do Trabalho, processo este sujeito ao rito ordinário, poderá o juiz deferir-lo, se verificar que as decisões dos dois processos podem ser conflitantes, mas deverá determinar a conversão de rito daquele sujeito ao sumaríssimo para o comum;
- pode ser deferida a intimação de testemunhas, desde que convidadas, deixem de comparecer, sendo dispensável a comprovação do convite;
- a citação far-se-á, preferencialmente, por via postal, mas são admitidas as citações por oficial de justiça e, no caso de se verificar que a empresa desapareceu, assim como seus sócios, estando todos em lugar incerto e não sabido – fato declarado nos autos –, por via de edital;
- no caso de os pedidos não virem liquidados, é obrigatória a concessão de prazo para emenda à inicial, a fim de que sejam liquidados, sob pena, aí então, de extinção do feito sem julgamento do mérito;
- não há nulidade na sentença que não contenha relatório.

E assinale:

- se corretas todas as assertivas;
- se incorretas todas as assertivas;
- se incorreta somente a assertiva I;
- se incorretas somente as assertivas II e III;
- se correta somente as assertivas I e V.

32) Estabelece o art. 818 da CLT que a prova das alegações incumbe à parte que as fizer. Em face disto é correto afirmar, tendo em vista a jurisprudência dominante do TST, que:

- compete ao empregador a prova da jornada de trabalho cumprida pelo empregado, devendo apresentar os controles de frequência, quando possui mais de dez empregados, firmando presunção iuris et de iure a recusa injustificada de juntá-los aos autos;
- a Consolidação das Leis do Trabalho não prevê expressamente a contradita de testemunhas;
- a comunicação dos atos processuais, no processo do trabalho, é feita, em regra, por via postal. É presumido o recebimento da notificação 48 horas após a sua expedição regular. O seu não recebimento é ônus probante do destinatário;
- negando o empregador a identidade de função e a nomenclatura do cargo, a ele compete o ônus da prova da equiparação salarial por se tratar de fatos impeditivos do direito do autor.

Assinale:

- se todas as afirmativas estão corretas;
- se apenas as II e III estão corretas;
- se apenas I, II e III estão corretas;
- se apenas a IV está correta;
- se apenas I e IV estão corretas.

33) Assinale a alternativa correta:

- o cartório não detém personalidade jurídica própria. Portanto, toda e qualquer demanda, referente a direitos trabalhistas de empregado contratado para laborar em serventia não oficializada, sem recebimento de vantagens dos cofres públicos, deve ser ajuizada em face do titular do referido cartório, destinatário da delegação do Poder Público;
- com o recente cancelamento do enunciado 310 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho, a substituição processual por parte do sindicato passou a ser ampla e irrestrita;
- no processo trabalhista submetido ao rito comum, o juiz não tem obrigação legal de determinar a intimação das testemunhas que não comparecem espontaneamente;
- pelo princípio da instrumentalidade das formas, entende-se que a forma do ato processual é importante, uma vez que estabelecida por lei, e se não for observada deve ser declarado nulo o ato processual;
- conta-se em dobro o prazo, em favor de qualquer das partes, para recurso no processo do trabalho, quando há litisconsortes no pólo passivo, com advogados distintos.

34) Apresentada a exceção de incompetência o prazo para o exceto se pronunciar é de:

- a) dez dias;
- b) oito dias;
- c) cinco dias;
- d) 48 horas;
- e) 24 horas.

35) Analisando as proposições abaixo:

- I - a execução provisória de obrigação de fazer, por ferir direito líquido e certo do executado, é atacável pela via do mandado de segurança;
- II – nos tribunais, a competência para decidir sobre pedido de antecipação de tutela é do relator, que deve submeter sua decisão aos demais magistrados componentes do Colegiado, independentemente de pauta, na seção imediatamente subsequente;
- III – os acordos homologados na Justiça do Trabalho têm valor de sentença irrecorrível. No entanto, o INSS pode interpor recurso quando pretender discutir o valor dos recolhimentos previdenciários incidentes sobre as parcelas envolvidas na conciliação;
- IV – constando do dispositivo da sentença o crédito previdenciário, deve o INSS inscrever a dívida e postular sua execução que se fará nos mesmos autos da reclamação trabalhista.

Assinale:

- a) se apenas III e IV são verdadeiras;
- b) se apenas I e II são verdadeiras;
- c) se apenas I, II e III são verdadeiras;
- d) se apenas II e III são verdadeiras;
- e) se todas são verdadeiras.

36) Analisando as proposições abaixo:

- I - o princípio da *non reformatio in pejus* não é adotado expressamente pelo CPC, mas é largamente aceito pela doutrina;
- II - o referido princípio não tem o condão de alcançar as questões consideradas de ordem pública, conhecíveis de ofício em qualquer grau de jurisdição;
- III - segundo entendimento dominante, deve ser inteiramente anulada a sentença que proferiu julgamento *ultra petita*;
- IV - ante o princípio da transcendência, o ato nulo que não for argüido no tempo oportuno terminará por se convalidar;
- V - é cabível mandado de segurança para extinguir execução fundada em sentença proferida em ação de cumprimento, quando excluída da sentença normativa a cláusula que lhe serviu de sustentáculo.

Assinale:

- a) se apenas I, II e V são verdadeiras;
- b) se apenas II, III e IV são verdadeiras;
- c) se apenas I, III, e IV são verdadeiras;
- d) se apenas I e II são verdadeiras;
- e) se apenas III, IV e V são verdadeiras.

37) Quanto ao sistema recursal no processo do trabalho:

- I - como regra os recursos tem efeito meramente devolutivo;
- II - vige o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias, no processo de conhecimento;
- III - o recurso de revista, quando cabível, é sempre interposto contra decisões em recurso ordinário;
- IV - o agravo de instrumento é cabível contra decisões que negarem seguimento a recurso, enquanto que o agravo de petição é cabível das decisões de juiz do trabalho ou de Presidente de tribunal trabalhista, nas execuções;
- V - cabe recurso ordinário das decisões definitivas dos Tribunais Regionais, nos processos de sua competência originária, inclusive nos dissídios individuais.

Assinale:

- a) se todas as assertivas estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas I e II estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas III e IV estiverem corretas.
- e) se todas as assertivas estiverem erradas.

38) Assinale a alternativa correta:

- a) a Justiça do Trabalho é competente para julgar ação na qual o sindicato, em nome próprio, pleiteia o recolhimento de desconto assistencial previsto em sentença normativa, convenção ou acordo coletivos;
- b) a Justiça do Trabalho é competente para julgar ação na qual o sindicato, em nome próprio, pleiteia o recolhimento de desconto assistencial previsto em convenção ou acordo coletivos, mas não em sentenças normativas, onde não pode constar a determinação de recolhimento de tal contribuição;
- c) a Justiça do Trabalho é competente para julgar ação na qual o sindicato, em nome próprio, pleiteia o recolhimento de desconto assistencial previsto em acordo coletivo, mas não em convenções coletivas, nem sentenças normativas;
- d) a Justiça do Trabalho é incompetente para julgar ação na qual o sindicato, em nome próprio, pleiteia o recolhimento de desconto assistencial previsto em sentença normativa, convenção ou acordo coletivos;
- e) a Justiça do Trabalho é incompetente para julgar ação na qual o sindicato, em nome próprio, pleiteia o recolhimento de desconto assistencial previsto em convenção ou acordo coletivos, mas é competente para julgar as ações de cobrança da contribuição assistencial, desde que fixadas em sentenças normativas.

39) Na Justiça do Trabalho, os privilégios processuais de prazo em dobro para recurso, dispensa de depósito para sua interposição e recurso ordinário *ex officio* das decisões que lhe sejam total ou parcialmente contrárias, não favorecem:

- a) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- b) as autarquias federais e estaduais;
- c) as sociedades de economia mista federais, estaduais e municipais;
- d) as fundações de direito público federais, estaduais e municipais que não explorem atividade econômica;
- e) as autarquias municipais.

40) O empregador reclamado, sucumbente, interpõe recurso ordinário no quinto dia do prazo, sem comprovação de realização do depósito recursal. Assinale a alternativa correta, a ser adotada pelo juiz prolator da sentença atacada, considerando que os demais pressupostos processuais estão presentes:

- a) deverá negar seguimento ao recurso, por deserto;
- b) deverá determinar a intimação para suprir o vício, no prazo de cinco dias;
- c) deverá dar seguimento ao recurso, se feito e comprovado o depósito no prazo recursal de oito dias;
- d) não deverá conhecer do recurso, por deserto;
- e) deverá conhecer do recurso, em face do duplo grau de jurisdição, constitucionalmente assegurado.

41) Sendo indeferidos embargos à execução, por intempestivos, entendendo o embargante que foram tempestivos, deve impugnar a decisão:

- a) por recurso ordinário, face à natureza de ação dos embargos;
- b) por agravo de petição, por ser decisão do juiz em execução;
- c) por agravo de instrumento, face à natureza interlocutória da decisão;
- d) por mandado de segurança, face ao abuso de autoridade;
- e) por reclamação correicional, face ao erro de procedimento.

42) No processo do trabalho, a execução (assinale a alternativa correta) :

- a) somente pode ser promovida pelo credor, com base no título executivo judicial que lhe reconhece o direito;
- b) pode ser promovida por qualquer interessado, independentemente de ter participado da relação jurídica processual;
- c) pode ser promovida pelo próprio juiz, *ex officio*, apenas quando o credor estiver em local incerto e não sabido;
- d) somente pode ser promovida pelo credor ou Ministério Público do Trabalho;
- e) somente pode ser promovida pelo credor ou Ministério Público do Trabalho, este quando se tratar de decisão do Tribunal Regional do Trabalho.

43) Em processo sujeito ao rito comum, se o empregador reclamado, domiciliado na comarca, criar óbice ao recebimento da notificação postal, por simples recusa:

- a) far-se-á a notificação por edital;
- b) presumir-se-á realizada a notificação;
- c) será a notificação necessariamente feita por oficial de justiça;
- d) importará a revelia, bem como confissão quanto à matéria fática, se ausente o réu à audiência;
- e) será a notificação feita por hora certa.

DIREITO PENAL

44) Na loja de O. da Cruz, desaparece uma quantia em dinheiro. O sócio acredita que seu funcionário, R. de Almeida, furtou o dinheiro. Chama três seguranças, que estavam desarmados, e determina o fechamento da loja, mantendo dentro dela o funcionário. Avisa-o de que, se houvesse tentativa de sair, poderia ser agredido. Anuncia o desaparecimento da quantia e sua desconfiança. Diz que somente o liberará se houver a confissão e a devolução da quantia.

Decorridos trinta minutos, R. de Almeida confessa o furto e devolve a quantia, sendo então liberado.

Assinale a correta tipificação penal para os atos de O. da Cruz:

- a) ele não cometeu nenhum crime;
- b) constrangimento ilegal;
- c) exercício arbitrário das próprias razões;
- d) cárcere privado;
- e) extorsão mediante seqüestro.

45) Um empregado foi notificado por seu empregador que, ao final de 30 dias, seria dispensado. O empregado, com muita raiva de seu empregador, sai do local de trabalho avisando que iria matá-lo. Dirigindo seu veículo, o arremete contra o veículo de propriedade da empresa, que era dirigido pelo empregador, mas o erra. Acertou, no entanto, o muro da empresa, o destruindo parcialmente. A despeito de sua raiva, o empregado não objetivou a destruição do muro. Desejava, no entanto, produzir o dano no veículo.

Assinale a correta tipificação legal dos atos do empregado:

- a) concurso de crimes de tentativa de dano, quanto ao veículo, e de tentativa de homicídio;
- b) concurso de crimes de tentativa de dano, quanto ao veículo, e de lesões corporais;
- c) tentativa de homicídio, não se tipificando o crime de dano;
- d) lesões corporais; não se tipificando o crime de dano;
- e) concurso de crimes de dano, quanto ao muro, e tentativa de homicídio.

46) A. de Alvejaneda compareceu ao Hospital Municipal de Duque de Caxias e, atendida por um médico, recebeu licença de um dia. Insatisfeita, adulterou o documento, fazendo constar dez dias de licença médica. Após ter faltado os dez dias, apresentou o documento ao empregador, a fim de receber o salário de tais dias.

Assinale a correta tipificação da conduta de A. de Alvejaneda:

- a) crime de uso de documento falso;
- b) crime de falsidade ideológica;
- c) crime de falsidade documental, em documento público;
- d) crime de falsidade documental, em documento particular;
- e) crime de estelionato.

47) A desistência voluntária só ocorre:

- a) nos crimes falhos;
- b) na tentativa imperfeita ou inacabada;
- c) quando não é possível "a eleição entre duas condutas";
- d) nos crimes formais;
- e) na tentativa perfeita.

48) Funcionário público federal, auxiliado por outro, não-funcionário, apropriou-se de certa quantia em dinheiro pertencente à Receita Federal e da qual tinha posse em razão do cargo. O co-autor não-funcionário responde por:

- a) furto simples;
- b) furto qualificado;
- c) apropriação indébita;
- d) peculato;
- e) dano contra o patrimônio da União.

49) Culpa por extensão é aquela na qual:

- a) o agente não quer o resultado, mas ele lhe era, no entanto, previsível;
- b) o agente tem apenas previsão quanto ao resultado;
- c) o agente quer o resultado, mas incide em erro vencível ou inescusável, quanto a fato que excluiria a ilicitude;
- d) o agente não quer o resultado, mas, com sua conduta, assume o risco de produzi-lo;
- e) o agente quer o resultado, mas, por erro de execução, acaba por atingir pessoa diversa da pretendida.

50) Analisando as assertivas abaixo:

- I - não há crime quando o agente pratica o fato no exercício regular de direito;
- II - encontra-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito de outrem;
- III - exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, tipifica crime de corrupção passiva;
- IV - advogado ou procurador judicial, que defende na mesma causa, simultânea ou sucessivamente, partes contrárias, comete crime de patrocínio infiel, sendo crime cometido por particular contra a administração em geral;
- V - retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, tipifica crime de prevaricação.

Assinale:

- a) se somente as assertivas I, II e III estiverem corretas;
- b) se somente as assertivas II, III e IV estiverem corretas;
- c) se somente as assertivas III, IV e V estiverem corretas;
- d) se somente as assertivas I, IV e V estiverem corretas;
- e) se somente as assertivas I, II e V estiverem corretas.

